

## **Política Cultural e Gestão Participativa<sup>1</sup>**

**Luiz Augusto F. RODRIGUES<sup>2</sup>**

**Flávia Lages de CASTRO<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O presente ensaio busca conceituar Políticas Culturais, com o intuito de estabelecer as possibilidades inerentes a este tipo de política e traçar um esboço reflexivo dos padrões políticos da cultura no Brasil atual, através do delineamento de padrões encontrados nos estudos de caso. Concluiu-se que, apesar de haver um padrão mínimo, desejável, os exemplos escolhidos – até por causa da Política Cultural e sua evolução – não puderam alcançá-lo.

**Palavras-chave:** Gestão cultural. Política cultural. Gestão participativa.

### **Cultural Politics and Participant Management**

### **ABSTRACT**

The present assay approaches Cultural Politics intending to establish the inherent possibilities to this type of politics and to reach a reflective sketch of the standards politicians of the culture in current Brazil, through the delineation of some case study. One concluded that, although having a standard, the chosen examples - even because of the Cultural Politics and its evolution - had not been able to reach it.

**Keywords:** Cultural management. Cultural politics. Participant management.

### **1. Introdução**

No que diz respeito a tomadas de decisão, duas questões principais se apresentam: preciso conhecer o objeto que exige a resolução e se deve levar em conta que esta se dá

---

<sup>1</sup> Texto norteador da comunicação apresentada no III Seminário Internacional de Políticas Culturais, realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa, de 19 a 21 de setembro de 2012.

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela UFF. Coordenador da graduação em Produção Cultural, da Universidade Federal Fluminense. E-mail: luizaugustorodrigues@id.uff.br.

<sup>3</sup> Professora do curso de Produção Cultural/UFF. Editora de PragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura. E-mail: flavialages@id.uff.br.

Os autores são pesquisadores do Laboratório de Ações Culturais – LABAC/UFF.

partindo de escolhas e posicionamentos prévios. Portanto, para que escolhas possam ser realizadas, se lança mão de *informação* e de posição *política*. De fato, parece claro que o posicionamento *político* influencia a própria tipologia de *informações* a serem buscadas para realizar o julgamento e a conseqüente deliberação.

Partimos de um posicionamento enquanto sujeito, ou melhor, de um posicionamento *político* que nos guia no sentido de estruturar os processos decisórios no campo cultural, a partir de metodologias que extrapolem os campos estritos da gestão administrativa, buscando horizontes calcados também em informações de cunho antropológico. Como vem sendo apontado por organismos internacionais, ou ainda segundo o apontado pela política federal de cultura no Brasil, em parte da última década, é preciso perceber as diferentes dimensões da cultura: simbólica, cidadã e econômica. Ou melhor, as dimensões dos três “E”: **estética, ética e econômica**.

Para um enfoque mais articulado entre política e gestão, podemos aproximar os três “E” da dimensão cultural (estética, ética, economia) dos três “E” do campo administrativo: eficácia, eficiência e efetividade.

Em definições simplificadas, **eficácia** é a capacidade de realizar objetivos; **eficiência** é utilizar produtivamente os recursos, e **efetividade** é realizar a coisa certa para transformar a situação existente.

Ao se pensar em processos de decisão, é preciso discutir inicialmente como devem se dar tais processos, sendo a **participação** um dos principais mecanismos. Assim têm-se mais chances de se atingir a efetividade dos processos. O termo **controle social** vem sendo utilizado pelos movimentos populares para caracterizar a luta pela inclusão e a participação dos diversos agentes na definição dos rumos de nossa sociedade, através, principalmente, das políticas públicas como instrumento transformador da realidade. Uma luta que busca a abertura de espaços de participação da sociedade civil, nas diversas fases da política pública, desde a sua formulação até seu monitoramento e avaliação, buscando o compartilhamento do poder decisório entre Estado e sociedade e a garantia de direitos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 ficou reconhecida como a “Constituição Cidadã”, porque fundou as bases para que diversos mecanismos de participação e controle social das políticas públicas e ações do Estado fossem criados. É o caso dos Conselhos de Políticas Públicas, dos Orçamentos Participativos, entre outros instrumentos criados nos últimos 20 anos.

Alguns dos principais desafios e obstáculos ao exercício efetivo do controle social ainda podem ser citados: falta de acesso a informações; não comprometimento do poder

público com a participação; atitudes corporativistas entre os segmentos representados em conselhos, que impedem a negociação e a construção de consensos; a influência da lógica e de questões partidárias nestes espaços; a linguagem inadequada dos documentos e debates; a falta de capacidade técnica e política para a intervenção nos debates, entre outros.

Já para a construção de *políticas culturais*, devemos entender que estas resultam de um sólido posicionamento dos sujeitos, sendo este justamente o conceito que irá nortear o planejamento das ações. Uma vez tecido o planejamento, a política deve garantir os recursos (humanos, técnicos, físicos e financeiros). E, indo além – acompanhando Jim MacGuigan (1996, p. 1) –, perceber que estas políticas, não podendo se limitar somente a tarefas administrativas, engendram “conflitos de ideias, disputas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos”.

O *planejamento* é um processo no qual se distinguem etapas de informação e etapas de decisão. Em ambas, se deve garantir a participação da população (quando esferas de governo) e/ou dos usuários e participantes em si (instituições, organizações, empresas etc.). Portanto, para o processo decisório junto à construção de políticas culturais é necessária a utilização de diversas metodologias de obtenção de informações (junto às instituições e junto às pessoas e grupos), assentadas num posicionamento político que almeje: participação cidadã e controle social; políticas sociais e de garantia de direitos; gestão cultural e gestão do território, sob a lógica do desenvolvimento local.

Neste sentido, alerta Isaura Botelho (2001, p.75):

As políticas culturais, isoladamente, não conseguem atingir o plano do cotidiano. Para que se consiga intervir objetivamente nessa dimensão, são necessários dois tipos de investimento. O primeiro é de responsabilidade dos próprios interessados e poderia ser chamado de estratégia do ponto de vista da demanda. Isto significa organização e atuação efetivas da sociedade, em que o exercício real da cidadania exija e impulse a presença dos poderes públicos como resposta a questões concretas e que não são de ordem exclusiva da área cultural. Somente através dessa militância poder-se-á “dar nome” – no sentido mesmo de dar existência organizada – a necessidades e desejos advindos do próprio cotidiano dos indivíduos, balizando a presença dos poderes públicos.

Defendemos que as políticas públicas de cultura, a partir de um planejamento cultural integrado, podem contribuir para um reposicionamento dos sujeitos e para um reencantamento do mundo. Devemos perceber a cultura como um elemento de fortalecimento da coesão social. É preciso desenvolver as bases necessárias à formulação e elaboração de políticas culturais integradas, entendendo suas etapas e seus agentes, e formular planos e programas culturais, buscando assegurar seus processos de gestão. Promover o compartilhamento de

responsabilidades; a cidadania e a democratização do acesso cultural; a produção do lugar e a valorização da sociabilidade. Sobretudo, sair da lógica de programas de Governo, implementando planos que almejem programas de Estado, e planejando no âmbito de diferentes gestões políticas.

## 2. Políticas Culturais

Partindo-se de uma busca de definição de Política Cultural, que seja suficiente para a análise ora em tela, podemos acompanhar Barbalho (2005), quando afirma que esta política lida com o campo das possibilidades estratégicas, especificando objetivos mediante a análise das situações, inserindo alguns lugares, cujos critérios sejam definíveis de tal maneira que as intervenções possam efetivamente corrigir ou modificar um processo em curso. Por outro lado, ainda segundo o mesmo autor, “as decisões indicadas por uma estratégia de política cultural colocam em ação determinada organização de poderes que só se manifesta por meio de uma análise política” (BARBALHO, 2005, p. 36).

Quanto à formação ideológica das Políticas Culturais, vamos trazer as reflexões de Teixeira Coelho (1997), que propõe uma análise segundo três modalidades: políticas de dirigismo cultural, de liberalismo cultural e de democratização cultural. Acrescentamos, ainda, as colocações de Albino Rubim (2009), que argumenta que as políticas culturais no Brasil são fruto de tradições que podem ser sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade. Vamos aos autores.

***Políticas de Dirigismo Cultural:*** a noção de dirigismo aponta a forma como o Estado se apropria da cultura. Estas políticas procuram estabelecer um conceito de identidade (nacional) de onde se depreendem suas principais ações. A cultura torna-se, assim, promoção do Estado, que a subordina a seus fins. Há uma valorização do papel central da cultura dita “popular” na definição e manutenção de um Estado de tipo “nacional-popular”. Constituem exemplos claros dessa modalidade, a cultura do *Estado Novo* e da *Ditadura Militar* no Brasil, o stalinismo soviético, e as vertentes nazifascistas. Todo regime totalitário implica, necessariamente, alguma forma de dirigismo como tentativa de controle da cultura.

***Políticas de Liberalismo Cultural:*** num outro extremo, situam-se as políticas liberais. Sob a bandeira da liberdade e da autonomia do indivíduo, sem a interferência do Estado, tal concepção acaba por submeter a cultura ao jogo de forças do mercado. As bases do liberalismo nos remetem à noção de Estado mínimo, na convicção de que “o melhor governo

é o que menos governa”. O que se observou, nos últimos anos no Brasil, foi a desobrigação do Estado na definição ou mesmo regulação dos rumos da cultura. Como consequência:

A centralidade então atribuída à cultura e o modo de conceber as políticas culturais são colocados em crise pela emergência internacional de uma ordem neoliberal, a partir das experiências inglesa e norte-americana, e pela disjunção acontecida entre as políticas culturais e a questão nacional. (RUBIM, 2009, p. 101)

Os mecanismos das leis de incentivo criaram um novo campo de oportunidades para a produção cultural, mas tais instrumentos, por si sós, não conseguiram estabelecer as bases de uma política cultural de caráter amplo. Na verdade, com a utilização dos recursos da dedução fiscal, ao sabor da iniciativa privada, tornou-se contraditório esperar deste ator uma ação que caberia à esfera pública. Não se trata aqui de inibir as ações da iniciativa privada, mas de procurar definir um procedimento de política cultural que garanta minimamente o desenvolvimento das manifestações culturais e artísticas, e não apenas ações que deem retorno à publicidade e à comunicação das empresas.

***Políticas de Democratização Cultural:*** fundamentalmente, um território em construção, pois tal linha política se torna sempre uma meta, no que concerne a uma visão que busque ampliar o caráter público da cultura. Trazemos aqui a definição integral de Teixeira Coelho (1997, p. 299-300):

[...] baseiam-se no princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo que não pode ficar à mercê das disposições ocasionais do mercado, devendo portanto ser apoiada de acordo com princípios consensuais. Procura criar condições de acesso igualitário à cultura para todos, indivíduos e grupos. Não privilegia modelos previamente determinados, como os do nacionalismo, e tem no Estado e em suas instituições culturais públicas e semipúblicas seus principais agentes. Embora vise difundir todas as formas de cultura, alguns consideram que os valores institucionais deste modelo, derivados das classes habitualmente no poder, acabam forçando o privilégio às formas da cultura superior. Por este motivo, considera-se que um de seus subtipos é o da *democracia participativa*, cujo objetivo é a promoção das formas culturais de todos os grupos sociais segundo as necessidades e desejos de cada um. Procura incentivar a participação popular no processo de criação cultural e os modos de autogestão das iniciativas culturais. Tem metas claramente políticas a alcançar e apóia-se fundamentalmente em partidos ditos progressistas e em movimentos populares chamados de independentes.

A política do MinC, durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva, como prevista já na plataforma de governo do PT e lançada no documento *A imaginação a serviço do país* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2003), procurou reverter a isenção do Estado, assumindo “o compromisso com Políticas Públicas de Cultura entendidas como um direito

básico do cidadão”. O documento aponta a perspectiva de uma “recuperação do papel da esfera pública de suas tarefas indutoras e reguladoras da produção e difusão cultural, a formação do gosto e a qualificação dos nossos artistas em todas as linguagens”.

De fato, verificou-se um conjunto de ações e regulações que procuraram imprimir um novo sentido de política cultural ao País, mas, de qualquer modo, ainda estamos distantes de um contexto em que a cultura possa ser desenvolvida como um fator central da administração e da gestão pública, inclusive com um orçamento que possibilite esse avanço. Há, de qualquer forma, na condução dos processos, um aperfeiçoamento da cultura política, e de seu espelho, as políticas culturais.

### **3. Ações e políticas de Cultura no Brasil através dos séculos**

Até o século XVIII, o que marca a colônia é a cultura religiosa da Companhia de Jesus; e os recursos e instituições principais de formação cultural são os *colégios jesuítas*. A chegada do século XIX faz-se acompanhar da vinda da corte portuguesa. Têm-se, então, novas frentes institucionais, a partir de 1808: Museu Nacional de Belas-Artes, Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, e as primeiras Faculdades. Em 1816, a Missão Cultural Francesa (com a vinda de Lebreton, Taunay, Debret, Grandjean de Montigny, entre outros) mantinha e fortalecia uma ideologia na qual prevalecia o cosmopolitismo cultural europeu. Já no século XX, alguns intelectuais buscaram um maior engajamento em nossa realidade: Euclides da Cunha, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos e Mário de Andrade foram alguns deles.

Foi, de fato, no século XX, especificamente entre os anos 30 e 60, em vários países do Ocidente, que o arcabouço de políticas culturais começou a ser desenhado. Assim indica Fernández (apud RUBIM, 2009, p. 139):

*Si nos atenemos a los diagnósticos efectuados acerca del nacimiento de las políticas culturales en los países occidentales, puede afirmarse que el período generalmente reconocido como fundacional de aquellas que pueden ser entendidas ya de un modo pleno como políticas culturales sería aquel que se extiende entre la década de los años treinta y los años sesenta del pasado siglo XX.<sup>4</sup>*

#### 3.1. Os anos 30

---

<sup>4</sup> Se nos basearmos nos diagnósticos elaborados sobre o nascimento das políticas culturais nos países ocidentais, pode-se afirmar que o período geralmente reconhecido como originário dessas políticas é aquele que se estende da década de trinta aos anos sessenta do século passado XX. (Tradução nossa)

A presença de **Mário de Andrade** no Departamento de Cultura de São Paulo (criado em 1935) buscou a democratização da cultura através de ações, como cursos musicais, pesquisa socioetnográfica, recreação infantil, bibliotecas públicas, o embrião do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Tem-se, com Mário de Andrade, um primeiro movimento em direção da construção de políticas culturais apoiadas na diversidade e na democracia cultural. Em âmbito nacional, as políticas culturais da **Era Vargas** (1930-1945) foram marcadas pela valorização das tradições identitárias, mesclando-as à promoção da modernidade. Destaque-se a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a publicação da revista *Cultura Política*, a valorização da arquitetura modernista (com Oscar Niemeyer e outros) e a valorização da identidade nacional (ainda impregnada de mimetismo europeu). Várias foram as instituições criadas na era Vargas: 1930 – Ministério de Educação e Saúde (incorporando as instituições anteriores e a Casa de Rui Barbosa, criada em 1929); 1936 – Serviço de Radiodifusão Educativa Instituto Nacional do Cinema Educativo; 1937 – Serviço Nacional de Teatro, Instituto Nacional do Livro e Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro; e 1938 – Conselho Nacional de Cultura.

### 3.2. Década de 50: Juscelino Kubitschek – 50 anos em 5

A industrialização e o mimetismo norte-americano marcaram um momento no qual a institucionalidade do setor cultural pouco ou nada avançou.

### 3.3. Anos 60

Alguns nomes se destacam, como **Paulo Freire** e a *pedagogia do oprimido* (o importante não é apenas saber ler, mas saber por que ler); **Darcy Ribeiro**, que à frente do MEC/Ministério da Educação e Cultura no governo João Goulart introduz a reforma universitária; **Odulvaldo Vianna Filho**, que cria o Teatro de Arena e o embrião do CPC – Centro Popular de Cultura (que visava os trabalhadores, embora tenha atingido, sobretudo, os estudantes).

### 3.4. Período da Ditadura Militar: anos de 1964 a 1985

Da política cultural à cultura policiada. Da cultura apolítica à cultura de resistência (O Pasquim; Teatro Opinião; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). A década de 1970 foi muito importante, se consideramos a consolidação e implementação de políticas culturais. Em 1975, foi editado o documento *Política Nacional de Cultura – PNC* –, que estabeleceu a criação de órgãos como a FUNARTE (Fundação Nacional de Artes) e a Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes), e de conselhos como o CNDA (Conselho Nacional de Direitos Autorais) e o CONCINE (Conselho Nacional de Cinema).

### 3.5. Redemocratização e fortalecimento do mercado (pensamento neoliberal)

Momento no qual uma série de legislações foi consolidando a gestão das políticas públicas de cultura nas mãos da iniciativa privada. Em 1985, foi criado o MinC (Ministério da Cultura) e se vivenciou a promulgação da Lei Sarney (1986), da Lei Rouanet (de 1991, em substituição à anterior) e da Lei do Audiovisual (1993).

## 4. Análise da Atualidade

*Ausência, Autoritarismo e Instabilidade*, conforme Albino Rubim:

A República também continuou a tradição de ausência do Império. As esporádicas ações na área de patrimônio igualmente não podem ser vistas como uma nova atitude do Estado no campo cultural. Do mesmo modo [...] de 1945 a 1964, não foi caracterizado por uma maior intervenção do Estado na área da cultura. [...] A Nova república introduz uma nova modalidade de ausência. [...] A Lei Sarney e as subsequentes leis de incentivo à cultura, através da isenção fiscal, retiram o poder de decisão do Estado, ainda que o recurso econômico utilizado seja majoritariamente público, e colocam a deliberação em mãos da iniciativa privada [...].

Primeira constatação: somente nos períodos autoritários o Brasil conheceu políticas culturais mais sistemáticas, nas quais o Estado assumiu um papel mais ativo e, por conseguinte, eclipsou a tradição de ausência. As ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e dos militares (1964-1985) [...] construíram uma agenda de “realizações” nada desprezível para a (re)configuração da cultura no Brasil. (RUBIM apud RUBIM; BAYARDO, 2009, p. 49-67)

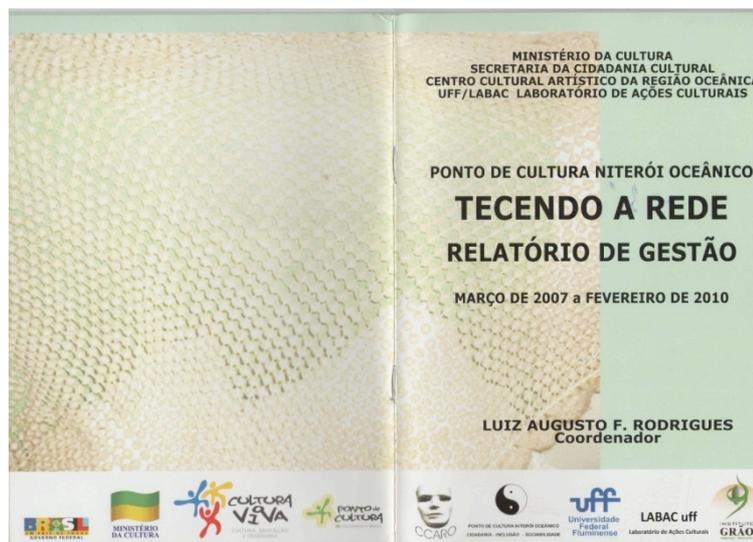
A ausência de recursos financeiros e de recursos humanos capacitados, assim como uma excessiva centralização dos equipamentos culturais ligados ao MinC, nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, aliados ao fraco planejamento cultural estatal e quase nenhuma participação da sociedade civil na construção dos processos ligados à cultura cria,

segundo Rubim (2009), um quadro de forte instabilidade institucional. O autor aponta a perspectiva de um novo quadro de *superações* em relação às tradições anteriores, que se apresenta a partir da gestão do ministro Gilberto Gil nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva: a formulação de políticas públicas para a cultura, com a participação da sociedade civil, articuladas e descentralizadas nacionalmente (a exemplo do Sistema Nacional de Cultura, das Conferências de Cultura e da construção do Plano Nacional de Cultura); a ampliação e a abrangência do conceito de cultura e a produção de informações sistematizadas sobre a área cultural.

Os procedimentos atuais apontam uma maior participação da sociedade brasileira nos processos de construção das políticas culturais. Uma *gestão participativa* que contribua, inclusive, para a maturidade política da população, e aí podemos “brincar” com a ideia, amadurecimento de nossa organização civil. É necessário que nossas realidades ganhem sua “maioridade civil” e seu **CPF (Conselho/Plano/Fundo)**. Estratégias que buscam integrar Estado/Sociedade civil/Iniciativa privada, segundo uma organização sistêmica: um Sistema Nacional de Cultura que, articulado aos Estados e municípios, possam implementar uma agenda para coordenar planos e ações públicas para a cultura em todo o País. Um bom exemplo de programa governamental construído sob a lógica do compartilhamento e da participação é o Cultura Viva e seus Pontos de Cultura.

## **5. Estudos de Caso**

Alguns exemplos de projetos culturais que apontam para a participação, para o reforço da sociabilidade e para a dessacralização dos espaços da cultura: *Ponto de Cultura Niterói Oceânico; Galeria ao Ar Livre; Conservatória – a cidade da seresta.*



O projeto *Ponto de Cultura Niterói Oceânico* buscou trabalhar com frentes complementares, e em consonância com as premissas apontadas acima. O local do projeto não era até então partilhado pelos jovens participantes do projeto: o Centro Cultural tinha até então um público rarefeito, e basicamente de classe média. Sua utilização como “ponto de cultura” contribuiu para dessacralizar o espaço. A região oceânica de Niterói tem poucos locais de encontro. O Ponto de Cultura tornou-se um importante local de sociabilidade para os participantes. O projeto foi estruturado de modo a contemplar aspectos complementares: *formação, produção, fruição, reflexão, avaliação*.

*Galeria ao Ar Livre* foi um projeto que, durante mais de dois anos, aglutinou cerca de 50 artistas plásticos niteroienses, expondo suas obras em lugares públicos. O projeto foi desenvolvido sob a coordenação dos próprios artistas (parte deles), sem nenhuma ingerência governamental. As trocas propiciadas entre os próprios artistas, e destes com os públicos visitantes, não é comum em outras situações. A ideia da gestão cultural deve ser associada à

ideia de mediação. Mediação de processos de produção material e imaterial de bens culturais e de mediação de agentes sociais os mais diversos. Mediação que busca estimular os processos de criação e de fruição de bens culturais, assim como estimular as práticas de coesão social e de sociabilidade.



*Conservatória – a cidade da seresta*



CONSERVATÓRIA (Valença/RJ). Patrimônio tombado? “Nenhum”. Patrimônio afetivo? Todos.

Paisagístico, com a Serra da Beleza; Urbanístico, com o traçado inicial em forma de “triângulo” – carinhosamente referenciado tal como os “triângulos amorosos” das canções românticas; Arquitetônico, principalmente pela manutenção do conjunto formado pelo casario colonial do século XIX, de inspiração clássica da época imperial; Cultural, pois é através do resgate e manutenção das serestas e serenatas que os patrimônios anteriores têm sido conservados. Como aponta Ulpiano Bezerra de Menezes (apud YÁZIGI, 2001, p. 220), “a problemática do patrimônio ambiental urbano só poderá ser convenientemente equacionada se nossa prioridade deslocar-se das coisas para as relações sociais ou, em outras palavras, se procurarmos examinar as coisas dentro dos processos de produção e uso de sentido, no seio mesmo da sociedade”.

## 6. Considerações Finais

É possível recuperar os principais eixos reflexivos deste ensaio, a partir dos exemplos brevemente trabalhados. Entendendo a *gestão cultural* como processos de mediação, entre agentes e instituições, envolvendo eixos temáticos integrados (cultura, urbanismo, cidadania entre tantos outros), a razão principal deixa de ser a gestão em si, mas a articulação provocada pela interação com/das/a partir das práticas culturais. É importante entender que:

[...] a gestão cultural articula planejamento, operacionalização e mediação. Planejamento de eventos, de programas, de ações, de processos e de políticas em cultura. Operacionalização técnica, financeira, física e humana. Mediação de agentes diversos: governamentais, não governamentais e comunitários; empresariais, cooperativados ou informais; produtores, viabilizadores e fruidores; tudo isso segundo perspectivas temporais que vão do curto ao longo prazo. (RODRIGUES, 2009, p. 78)

Neste sentido, todos os exemplos trazidos ficam aquém das possibilidades desejáveis: a gestão do Ponto de Cultura Niterói Oceânico conseguiu apenas parte da desejada participação dos jovens, no planejamento e avaliação das ações, mesmo os jovens tendo criado relações de pertencimento com o lugar, além de não ter alcançado sua sustentabilidade, sem recursos físicos e financeiros próprios (o que acontece com a maioria das ações em cultura); o projeto Galeria ao Ar Livre não subsistiu na ausência de lideranças internas que empreendessem a ação, e não conseguiu “sensibilizar” as esferas públicas quanto à potencialidade do projeto, por mais que o público apontasse positivamente para a possibilidade propiciada pelo livre contato com as obras e com seus criadores, além de indicar a requalificação sofrida pelo espaço público, quando das exposições; o universo das serestas em Conservatória potencializa o lugar, atrai pessoas, traz rentabilidade para comerciantes e hoteleiros, mas corre riscos em sua sustentabilidade e na forma como determinadas pessoas se apropriam daquele território. Alguns dilemas podem ser apontados nestas relações: manifestações populares espontâneas X espetacularização dos projetos; inserção, coesão e convivência social X apreciação passiva e distanciada; patrimônio cultural X apropriação turística dos espaços.

## Referências

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. IN: RUBIM, Linda. (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo Perspec**, v. 15, n. 2, p.73-83, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 1997.

MACGUIGAN, Jim. **Culture and the public sphere**. New York; London: Routledge, 1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *A imaginação a serviço do Brasil*. São Paulo: PT, 2003.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Gestão cultural e seus eixos temáticos. In: CURVELLO, Maria Amélia [et al.] (Orgs.). **Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007-2008**. Rio de Janeiro: Uerj; Decult, 2009. p. 76-93.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: novos desafios. **Revista Matrizes**, Salvador, ano 2, n. 2, p. 93-115, primeiro semestre 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens. (Orgs.). **Políticas culturales en Ibero-América**. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

Artigo recebido em outubro de 2012 e aprovado em outubro de 2012.